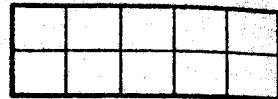


ENSINO PARTICULAR/ENSINO SUPERIOR/POLÍTICA
DE EDUCAÇÃO

*Ensino Particular -
Política educativa*

Odontologistas esperam resposta do Governo**Prof. Manuel Halpern reage tranquilo**

«ENCERRAMENTO DA FACULDADE É SURPRESA RELATIVA»

«O despacho governamental que encerrou a Faculdade de Odontologia não era tão como impossível, embora dele não estivéssemos à espera, até porque as razões que estiveram na sua origem não foram apeladas noutras instituições.» Esta afirmação foi feita ontem à tarde a «A Capital» pelo prof. Manuel Halpern, da direção de cooperativa do Instituto Superior de Ciências Dentárias de Lisboa.

Quando estava a funcionar há apenas 30 dias o Governo, com base no Despacho n.º 10/MAEST/83, datado de 10 de Outubro do corrente, decretou o encerramento da então Faculdade de Odontologia de Lisboa, com base no facto de «a pretensão requerida não ser credível, nomeadamente em termos de garantias, quer em instalações, quer em corpo docente, quer em capacidade económico-financeira, do ensino no ciclo da especialidade e de, consequentemente, pôr em perigo a conclusão de cursos pelos estudantes que o iniciassem».

Esta argumentação, que o prof. Manuel Halpern não vê ser aplicável a outras instituições, mereceu da cooperativa, na sua pessoa, a seguinte resposta:

«É absolutamente inaceitável que se pretenda negar a evidência de tal viabilidade económica dos projectos por nós apresentados, uma vez que as receitas previstas, que resultavam das acções a pagar pelos estudantes, professores e outros trabalhadores, e ainda as provenientes das consultas que aqui seriam ministradas pelos finalistas, devidamente acompanhadas por especialistas, cumpriram os gastos, mesmo tendo em conta que, ao final do curso os estudantes seriam reembolsados das acções antes adquiridas. Quanto à não qualificação do corpo docente, postaria de afirmar que possuímos onze professores catedráticos, quatro professores associados, sete professores auxiliares, cinco assistentes universitários e cinco directores de serviço hospitalar. Além, o próprio corpo docente sente-se ondulado pelo rigor do despacho governamental e está mesmo na disposição de seguir a sua via judicial para reparar a sua honra.»

Sem se deter, Manuel Halpern encerra o seu discurso:

«Quanto às nossas instalações, o que posso dizer é que vêm só visitá-las. Tudo isto é novo. Temos uma sala onde está cerca de mil contos de material investido. Possuímos um anfiteatro com capacidade para 150 pessoas e por si fora. Pagamos 150 contos de renda por mês e temos isto pago, o que é lamentável.»

Violação da lei

Apesar de tudo isto, a verdade é que o Decreto-Lei n.º 100-B/83, no seu artigo 20.º, refere que «nenhum estabelecimento de ensino

particular ou cooperativo poderá iniciar o seu funcionamento sem ter sido autorizada a sua instalação, sendo clandestinos os estabelecimentos que estejam em funcionamento não tendo sido para tal autorizados.»

A resposta de Manuel Halpern não se faz esperar:

«Durante dois anos esperámos que fosse dada uma resposta ao pedido então formulado, segundo o exemplo de vários outros estabelecimentos. Sabímos perfeitamente que a abertura era prazerosa e a propriedade excedente, quando iniciaram as aulas, assumiu um papel onde isso não era comunicado. Pensámos que o País tem uma só lei; lamentamo-nos é que para nós ela seja diferente. Voltando a questão das instalações, vieram aqui inspectores que as elogiaram e, depois, foi sólito que se pedisse leiai despejo. Francamente não entendemos.»

Pormenorizando aquilo que agora é o ponto da situação, Manuel Halpern revela:

«O despacho governamental não proíbe o funcionamento do instituto, apenas determina um novo pedido feito nesse sentido. Por isso, tratámos já de o reformular, introduzindo algumas alterações que julgamos iriam de encontro àquilo que o Ministério da Educação pretende, como sejam: mudámos o nome de Faculdade de Odontologia para o de Instituto Superior de Ciências Dentárias. Previmos também que no final do curso, que era para ser de cinco e passou para seis anos, os alunos fossem considerados cirurgiões-dentistas, logo passariam a ser médico-dentistas, tudo isto para evitar situações de choque com outros estabelecimentos.»

Concluindo, Manuel Halpern sublinha:

«Aguardamos tranquilamente que o Governo dé uma resposta ao pedido reformulado, e assim que ela vier as aulas começarão de imediato. Durante os 30 dias em que estivemos a funcionar, provámos que as aulas que aqui se dão são de qualidade. Estamos tranquilos porque sabemos que a razão está do nosso lado, só é lamentável a forma que se deu a perder, sobretudo por parte daqueles que fazendo parte da nossa cooperativa, que portanto é uma instituição sem fins lucrativos, estavam a ser os grandes prejudicados.»

Dia
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31